

**14397 - Cartografia Social como instrumento de análise territorial e luta por direitos pelas comunidades quilombolas do município de Diamantina-MG**

*Social cartography as a tool for territorial analysis and struggle for rights by Quilombola communities of the municipality of Diamantina-MG*

SOUZA, Carlos Henrique Silva<sup>1</sup>; SANTIAGO, Maíra Pereira<sup>2</sup>; FÁVERO, Claudenir<sup>3</sup>; LOURES, Rosamaria Santana Paes<sup>4</sup>; MENDONÇA, Vinícius Souza<sup>5</sup>; BARROS, Bruna Lara Alvarenga<sup>6</sup>

1 Profissional bolsista da FAPEMIG/UFVJM, carlos.floresta@yahoo.com.br; 2 Discente bolsista do PIBEX/UFVJM; 3 Docente da UFVJM; 4 Pesquisadora Colaboradora; 5 Discente bolsista do CNPQ/UFVJM, 6 Discente bolsista do PIBEX/UFVJM

**Resumo:** As comunidades quilombolas da região de Diamantina sofrem fortes ameaças de perda de seus territórios tradicionais por diversos fatores, dentre eles, a criação/implantação de unidades de conservação de proteção integral da natureza. A Constituição Federal garante a estas comunidades o direito a seu território, sendo de responsabilidade do INCRA, a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território. O presente trabalho foi realizado com o objetivo de preparar a comunidade para participar com maior efetividade e consciência do processo de elaboração deste relatório. Realizou-se o processo de cartografia social, por meio de oficinas e trabalhos de campo para a produção dos mapas das comunidades a partir do olhar dos comunitários, diferentemente dos mapas tradicionais que se focam em aspectos técnicos e quantitativos. A partir da produção desses mapas o território foi refletido de uma nova maneira, gerando compreensões e ferramentas de análise da realidade e de enfrentamento frente às pressões externas.

**Palavras-Chave:** Cartografia Social, Comunidades Tradicionais, Território

**Abstract:** The quilombolas communities in the region of Diamantina suffer strong threats of loss of their traditional territories by several factors, among them, the creation/deployment of conservation units of full protection of nature. The Federal Constitution guarantees these communities the right to their territory, being the responsibility of INCRA, the completion of the technical report on identification and Delineation of the territory. This work was done in order to prepare the community to participate with greater effectiveness and consciousness of the process of drawing up this report. The process of social cartography, through workshops and fieldwork for the production of maps of communities from the community look, unlike traditional maps which focus on quantitative and technical aspects. From the production of these maps the territory was reflected in a new way, generating understandings and tools of analysis of reality and confront in the face of external pressures.

**Keywords:** Social Cartography, Traditional Communities, Territory.

### **Contexto**

A Serra do Espinhaço meridional, na região de Diamantina-MG, passou por um processo diferenciado de ocupação humana. Levas de garimpeiros foram para essa região por volta do século XVIII à procura de ouro e posteriormente de diamantes (SANTOS,1868). No auge da exploração diamantífera, haviam na região cerca de 5000 negros escravizados (MACHADO FILHO, 1985). Com as fugas, o declínio da

exploração dos diamantes e a abolição da escravatura, essa população negra foi se refugiando em recantos isolados, desenvolvendo diversas formas de convivência com esses locais, com diferentes formas de reprodução sociocultural e produtiva. Formaram-se então, comunidades quilombolas, além de outras categorias de povos e comunidades tradicionais. O presente trabalho foi realizado nas comunidades quilombolas *Mata dos Crioulos* e *Vargem do Inhaí*, certificadas pela Fundação Cultural Palmares em 2010 e 2011 respectivamente.

A Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos, está localizada na área de confluência dos municípios de Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Serro, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto e Serra Azul de Minas. Nessa região nascem diversos rios importantes para as bacias do Rio Jequitinhonha e Rio Doce. É grande a diversidade de ambientes utilizados pela comunidade, tendo grande parte das cerca de 100 famílias residentes na região moradas em ambientes diferentes, devido à pluriatividade característica na região. Sobrepostos ao território da comunidade estão os Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé e a APA Estadual das Águas Vertentes. Já, a comunidade Quilombola Vargem do Inhaí, está localizada no distrito de Inhaí, município de Diamantina, às margens do Rio Jequitinhonha, tendo em seu território porções de terras inundáveis, que possuem diversas utilidades para os moradores, que também utilizam os campos e matas da região. Na localidade residem 27 famílias, que vem sofrendo sanções e restrições impostas pela criação do Parque Nacional das Sempre Vivas, sobreposto à parte do seu território.

Atualmente, essas comunidades vivem sob forte ameaça de perda de seus territórios tradicionais materiais e imateriais (HAESBAERT, 2007). Diversos são os fatores de pressão externa, sendo uma das principais ameaças, as Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral (SNUC 2000) que impossibilitam a interação ser humano/natureza para além da pesquisa e turismo. Estas unidades de conservação foram demarcadas em sobreposição aos territórios destas comunidades, tornando criminosos os atos cotidianos praticados pelas mesmas, numa evidente contradição, uma vez que foram as formas tradicionais de uso e manejo destes ambientes, baseados na convivência e nos saberes agroecológicos historicamente acumulados, que possibilitaram a conservação das condições atuais destes ambientes.

Com os avanços da Constituição Brasileira de 1988, foram sendo definidos direitos e políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas, como o direito a titulação de seus territórios.

*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Art. 68. ADCT, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).*

É de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios pertencentes às comunidades quilombolas, consistindo este na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural das terras ocupadas pelas comunidades devendo conter informações cartográficas, fundiárias, agrônomicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, indicando e justificando os limites territoriais a serem titulados. (INCRA - Instrução Normativa No 57, de 20 de outubro de 2009).

O acesso a esse e outros direitos continua sendo um anseio e um grande desafio para estas comunidades. O presente trabalho foi realizado com o objetivo de contribuir no empoderamento das comunidades, preparando-as para a participação qualitativa nos estudos que serão realizados para a delimitação de seus territórios, através de processos de cartografia social, além de construir o conhecimento necessário para o acesso às políticas públicas.

### **Descrição da experiência**

O enfoque metodológico deste trabalho foi baseado nos processos de Cartografia Social e em métodos participativos de construção do conhecimento agroecológico à luz da concepção de Educação Popular de Paulo Freire. A cartografia Social tem sido desenvolvida no Brasil principalmente pelos professores Alfredo Wagner e Henri Acselrad.

Na metodologia da cartografia social, a construção de um mapa vai muito além das feições técnico-geográficas, sendo um processo que aborda diversos outros aspectos desconsiderados nos processos de mapeamento tradicional. Diversas teias de significações e ressignificações são abordadas nestes mapas. A construção dos mapas, neste trabalho, foi dividida em três momentos: oficinas de formação, produção cartográfica e reflexões sobre o território a partir dos mapas.

Nas oficinas de formação, fez-se uma discussão sobre identidade, realidade local, direitos dos povos e comunidades tradicionais, território e linguagem cartográfica. Tal discussão possibilitou uma participação efetiva e integradora dos comunitários na construção do mapa, abrangendo todos os aspectos materiais e imateriais do território.

No primeiro momento de representação do território, os comunitários desenharam mapas da memória, retratando as diferentes percepções sobre o mesmo. Devido às diferenças entre as duas comunidades, nas quais ocorreu o processo, foram adotados diferentes procedimentos para a confecção dos mapas da memória. Na Comunidade de Vargem do Inhaí, os comunitários foram divididos por gênero e geração, enquanto que na Comunidade Mata dos Crioulos os comunitários foram divididos por localidades, devido à grande extensão do seu território. Os mapas da memória foram apresentados e debatidos com toda a comunidade, expressando o que cada grupo considera importante no seu lugar de existência. Estes mapas foram a referência para o planejamento das atividades de campo.

Para os trabalhos de campo os comunitários se dividiram em grupos segundo seus próprios critérios, juntando-se a estes, estudantes e técnicos do NAC/UFVJM. O território foi percorrido, sendo os marcos identitários, e demais aspectos materiais e imateriais da comunidade, georreferenciados através do uso de aparelhos de GPS. No decorrer das caminhadas pelo território, procurou-se ocasionar conversas sobre os locais percorridos para que diferentes visões sobre um mesmo local pudessem ser confrontadas.

Os dados de campo foram sistematizados, utilizando-se programas computacionais de mapeamento. Em seguida, os mapas gerados foram apresentados às comunidades para reflexões, correções e complementações. Após a finalização dos mesmos, estes foram entregues às comunidades. Neste momento, houve uma avaliação, pelos comunitários, de todo o processo e do produto final.



Fig. 1: Momentos do processo de cartografia social.

## Resultados

A realização do processo de Cartografia Social possibilitou perceber o profundo conhecimento que os comunitários tem acerca do território em que habitam e as formas de interação com os ambientes. Eles conhecem e atribuem significados a cada pedaço do lugar em que nasceram e (con)vivem, fazendo o eficiente manejo destas áreas, comprovado pelo nível de conservação ambiental em que se encontram. Ficam demonstradas as possibilidades de interação e convivência entre os seres humanos e os ambientes em que co-habitam, o cabedal de saberes agroecológicos acumulados e as perspectivas de uso sustentável que tudo isso encera.

O processo de Cartografia Social potencializou e provocou reflexões sobre o uso e ocupação do território, bem como, sobre as mudanças frente às novas pressões sofridas pelas comunidades. A partir do momento em que se geolocaliza as percepções e a memória, fica mais fácil entrar em embate com agentes externos, pois justifica-se a permanência e uso do território, agora com uma fonte de

argumentação técnica. Quanto à elaboração do RTID, este processo contribuiu de maneira positiva ao ocasionar discussões sobre o território, antes da chegada da equipe técnica contratada pelo INCRA, debatendo-se os problemas da comunidade, aumentando-se os laços de coesão e preparando-se para lutar por seus direitos.

### **Agradecimentos**

Às comunidades Quilombolas de Mata dos Crioulos e Vargem do Inhaí pela, sempre, calorosa acolhida. À FAPEMIG e ao PIBEX/UFVJM pelas bolsas e pelo apoio financeiro.

### **Referências bibliográficas:**

- BRASIL, INCRA, Instrução Normativa Nº57, de 20 de outubro de 2009.
- BRASIL, SNUC, Sistema Nacional de Unidades Conservação. Lei 9.985 de 2000, decreto número 4.340 de 2002.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição: República Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- MACHADO FILHO, A. M. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- SANTOS, S. F.; Memórias do Distrito Diamantino, Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, p. 6774 – 6792, mar 2005.